

Evolua Energia Operacional 2 SPE Ltda.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

SUMÁRIO

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	1
BALANÇO PATRIMONIAL	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	8
NOTAS EXPLICATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
1 CONTEXTO OPERACIONAL	9
2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS	10
3 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	14
4 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS	21
5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	22
6 FUNDOS VINCULADOS	22
7 ATIVO DE DIREITO DE USO	23
8 IMOBILIZADO	24
9 INTANGÍVEL	24
10 FORNECEDORES	25
11 FINANCIAMENTOS	25
12 ARRENDAMENTOS A PAGAR	26
13 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27
14 DESPESAS OPERACIONAIS	28
15 RESULTADO FINANCEIRO	28
16 PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS	28
17 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO	29
18 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA	31
19 COBERTURA DE SEGUROS	32
20 EVENTOS SUBSEQUENTES	32



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Quotistas e Diretores da
Evolua Energia Operacional 2 SPE Ltda.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Evolua Energia Operacional 2 SPE Ltda. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 03 de maio de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Daniel Cruz Arantes Campos'.

Daniel Cruz Arantes Campos
Contador CRCMG-091263/O

Balço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2022	31/12/2021	Passivo	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.361	5	Fornecedores	10	132	-
Fundos Vinculados	6	60	-	Financiamentos	11	3.424	-
Impostos a recuperar		20	-	Obrigações tributárias		18	-
Adiantamentos		<u>393</u>	<u>-</u>	Arrendamentos a pagar	12	<u>22</u>	<u>-</u>
Total do ativo circulante		<u>5.834</u>	<u>5</u>	Total do passivo circulante		<u>3.596</u>	<u>-</u>
Fundos Vinculados	6	63.728	-	Financiamentos	11	94.726	-
Ativo de direito de uso	7	1.591	-	Arrendamentos a pagar	12	<u>1.572</u>	<u>-</u>
Imobilizado	8	63.796	-	Total do passivo não circulante		<u>96.298</u>	<u>-</u>
Intangível	9	<u>3.778</u>	<u>-</u>	Patrimônio Líquido	13		
Total do ativo não circulante		<u>132.893</u>	<u>-</u>	Capital social		5	5
				Adiantamento para futuro aumento de capital		40.008	-
				Prejuízos acumulados		<u>(1.180)</u>	<u>-</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>38.833</u>	<u>5</u>
Total do ativo		<u>138.727</u>	<u>5</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>138.727</u>	<u>5</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado do exercício

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2022
Receita operacional líquida		<u>-</u>
Despesas operacionais	14	<u>(1.181)</u>
Resultado antes do resultado financeiro		<u>(1.181)</u>
Resultado financeiro	15	
Receitas financeiras		88
Despesas financeiras		<u>(87)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>1</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(1.180)</u>
Imposto de renda e contribuição social		<u>-</u>
Prejuízo do exercício		<u><u>(1.180)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	31/12/2022
Resultado do exercício	(1.180)
Resultados abrangentes	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>(1.180)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Integralização de capital	5			5
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5	-	-	5
Integralização de capital	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	40.008		40.008
Resultado do exercício	-	-	(1.180)	(1.180)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5	40.008	(1.180)	38.833

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(1.180)	-
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Juros sobre financiamentos	2.315	-
Amortização direito de uso	27	-
Juros sobre arrendamentos	86	-
	<u>1.248</u>	<u>-</u>
Variações em :		
Impostos a recuperar	(20)	-
Adiantamentos	(393)	-
Fornecedores	132	-
Obrigações tributárias	18	-
	<u>985</u>	<u>-</u>
Caixa gerado pelas operações	<u>985</u>	<u>-</u>
Juros pagos sobre financiamentos	(1.321)	-
	<u>(336)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(336)</u>	<u>-</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado	(63.796)	-
Aquisições direito de uso	(37)	-
Aquisições de intangível	(3.778)	-
	<u>(67.611)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(67.611)</u>	<u>-</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	40.008	-
Integralização de capital	-	5
Captação de certificados de recebíveis imobiliários	102.000	-
Custos de captação certificados de recebíveis imobiliários	(4.473)	-
Pagamento principal certificados de recebíveis imobiliários	(371)	-
Pagamentos de arrendamentos	(73)	-
Valores aplicados em fundos vinculados	(63.788)	-
	<u>73.303</u>	<u>5</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	<u>73.303</u>	<u>5</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	5.356	5
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	-
	<u>5.361</u>	<u>5</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>5.361</u>	<u>5</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

1.1 A Empresa

A Evolua Energia Operacional 2 SPE Ltda. (doravante referida também como "EVOLUA" ou "Empresa") é uma sociedade empresária limitada de capital fechado, constituída em 18 de fevereiro de 2021, sob a denominação social de Evolua Energia Nova Ponte SPE Ltda. e posteriormente alterada para a denominação atual na 1ª alteração contratual da Empresa de 29 de junho de 2021. A empresa é localizada na Rua Levindo Lopes, nº 357, 8º andar, bairro Savassi, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30.140-171.

A Empresa é controlada pela Evolua Energia Participações S.A. (controladora).

A Empresa tem como objeto social: (i) a locação de máquinas e equipamentos elétricos, painéis solares, entre outros; (ii) a prestação de serviços auxiliares de consultoria técnica na área de energia elétrica e serviço de engenharia; (iii) a elaboração de projetos, bem como homologação junto às concessionárias de energia elétrica, de sistema de geração de energia fotovoltaica; e (iv) a prestação de serviços de instalação, operação e manutenção de equipamentos solares.

A Empresa está no setor de geração distribuída, com foco na geração compartilhada para seus clientes (pessoas física e/ou pessoa jurídica) que se integram através de um consórcio ou cooperativa. Sua atuação compreende o desenvolvimento, estruturação e comercialização.

A Empresa encontra-se em fase pré-operacional e no decorrer desta fase, seus acionistas cobrem as suas necessidades de caixa caso seja necessário. Atualmente a Empresa incorre em gastos para o desenvolvimento de projetos, os quais resultam em indicadores que são monitorados constantemente.

1.2 Projetos de Geração Distribuída

Etapas do Projeto	UFV Manga	UFV Montes Claros IV	UFV Montes Claros V	UFV Sete Lagoas	UFV São Francisco
Município	Manga/MG	Montes Claros/MG	Montes Claros/MG	Sete Lagoas/MG	São Francisco/MG
Potência (MW)	2	3,5	4,4	4	2,7
Data Energização	abr/23	jun/23	jun/23	jul/23	jul/23
Data CAP (Certificado de Aceite Provisório)	Previsto para jun/23	Previsto para ago/23	Previsto para ago/23	Previsto para set/23	Previsto para set/23
EPCista UFV	Alexandria	Alexandria	Enerside	Enerside	Enerside
EPCista Conexão	CEMIG	MBA	MBA	MBA	MBA

1.3 Covid-19

Como é amplamente conhecido, em dezembro de 2019, um surto de uma doença contagiosa - Coronavírus-COVID-19 - começou na China e, desde o início de 2020, se espalhou pela Europa, Estados Unidos e vários outros países, incluindo o Brasil, sendo decretado estado de pandemia pela Organização Mundial de Saúde em março de 2020. O surto de COVID-19 se desenvolveu rapidamente em 2020 e as medidas tomadas para conter o vírus afetaram a atividade econômica

mundial, que por sua vez tiveram algumas implicações nas atividades da Empresa, todavia não foram notados impactos significativos nas operações da Empresa em decorrência da pandemia.

A Empresa está cumprindo os protocolos de saúde e segurança estabelecidos pelas agências e demais autoridades sanitárias, monitorando a evolução da situação e avaliando, em permanência, o impacto da COVID-19 em seus negócios. Até o presente momento a Administração da Empresa não identificou impactos significativos decorrentes da COVID-19 em suas operações.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas

2.1 Base de preparação das demonstrações financeiras

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto em caso de certos instrumentos financeiros que são mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data da transação.

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas e resumidas a seguir ou nas notas explicativas da respectiva rubrica. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no período apresentado, salvo disposição em contrário.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 03 de maio de 2023.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia, e, também, a moeda de apresentação.

2.2 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

a. Alteração ao CPC 27 - "Ativo Imobilizado"

Em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia já que não houve vendas de tais itens produzidos por ativo imobilizado disponibilizado para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado.

b. Alteração ao CPC 25 - "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes"

Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a Companhia não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos.

As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e um alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

c. Alteração ao CPC 15 - "Combinação de Negócios"

As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos.

As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 Business Combination (equivalente ao CPC 15 (R1) - Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do 'dia 2' decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets (equivalente ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou IFRIC 21 Levies, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição.

As alterações também adicionam um novo parágrafo ao CPC 15 / IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição. De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica as alterações prospectivamente, ou seja, para combinações de negócios que ocorram após o início do período de relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

d. IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros

A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras, pois não houve modificações nos instrumentos financeiros da Companhia durante o período.

A alteração permite que uma subsidiária que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1 (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) mensurar as diferenças cumulativas de conversão usando os valores reportados nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para a IFRS, se nenhum ajuste foi feito para consolidação procedimentos e para os efeitos da combinação de negócios em que a controladora adquiriu a controlada. Esta alteração também se aplica a uma coligada ou joint venture que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.3 Normas emitidas, mas que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. A Companhia não espera efeitos relevantes para as referidas normas.

a. IFRS 17 - Contratos de Seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação.

Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. O objetivo geral da IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Essa norma não se aplica a Companhia.

b. Alteração ao CPC 26: Classificação de passivos como circulante e não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão nas demonstrações financeiras.

c. Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia está atualmente revisitando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas.

d. Alteração ao IAS 8 - Definição de estimativas contábeis

A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

e. Alteração ao IAS 12 - Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação

Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

3 Resumo das principais políticas contábeis

A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Empresa na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Empresa tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e a liquidez de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios.

b. Instrumentos financeiros

(i) **Reconhecimento e mensuração inicial:**

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) **Classificação e mensuração subsequente**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado - VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza uma avaliação de objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

-
- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
 - Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
 - Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
 - A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo
O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Empresa desreconhe um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c. Imobilizado**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando houver.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas no resultado.

(ii) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Empresa relativos ao empréstimo, deduzidos de qualquer receita financeira decorrente do investimento temporário de tais empréstimos.

(iii) Custos subsequentes do ativo imobilizado

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Empresa e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iv) Depreciação

A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido e após a emissão dos certificados de aceite provisório - CAP. Como os ativos ainda estão em construção, não há depreciação referente ao exercício de 2022.

d. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

A vida útil estimada do ativo intangível, conforme contrato de arrendamento de superfície, é a seguinte:

Todos os projetos mencionados no item 1.2 possuem vida útil estimada de 25 anos.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Ainda não foi iniciada a amortização do ativo intangível, uma vez que a construção da Central Geradora Fotovoltaica (UFV) está em andamento.

e. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Empresa, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo contas a receber:
A provisão para perdas com contas a receber de clientes deve ser mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa deve considerar informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Empresa deve presumir que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Empresa deve considerar um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Empresa não tem histórico de inadimplência de seus ativos financeiros, adicionalmente, parte substancial de suas contas a receber são com partes relacionadas

Com relação às aplicações financeiras, a Empresa somente aplica em bancos de primeira linha e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda por estarem garantidas pelo Fundo Garantidor de Crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas devem ser estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito devem ser mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Empresa e acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

As perdas de crédito esperadas devem ser descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

(ii) Ativos não financeiros

Anualmente a Empresa revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Empresa concluiu que não há indicativo de redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros.

f. Financiamentos**Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI**

Consiste em um título de crédito nominativo, de emissão exclusiva das companhias securitizadoras, lastreado em créditos imobiliários e que constitui promessa de pagamento em dinheiro. A remuneração dos CRIs, incidente sobre o saldo do valor nominal unitário dos CRIs desde a data de emissão dos CRIs, é composta por juros remuneratórios de IPCA + 9,75% a.a.. O prazo de vencimento dessa emissão é em outubro de 2032.

Os Certificados de Recebíveis Imobiliários são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os Certificados de Recebíveis Imobiliários são classificadas como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

g. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

h. Arrendamentos

No início de um contrato, a Empresa avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Empresa avalia que os contratos com prazo inferior a doze meses e os contratos que envolvam o uso de ativos imateriais e de baixo valor não contém um arrendamento.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Empresa reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo

arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subseqüentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de incremental definida da Empresa.

i. Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

j. Reconhecimento de receitas

A receita compreende o valor presente pela prestação de serviço. A receita é reconhecida quando da prestação dos serviços, os quais são medidos em bases mensais.

Todos os contratos da Empresa possuem características similares, descritas a seguir: (i) Serviços ou produtos determinados através da prestação de serviços mensal; (ii) Preços determinados em contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Empresa não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Empresa entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente.

k. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros ativos decorrente de direitos da Empresa. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

l. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Empresa decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômico-futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

4 Estimativas e julgamentos contábeis

Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa no 2.2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período ou períodos posteriores, caso a revisão afete tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

- a) Vida útil do ativo imobilizado e intangível
- b) Taxa incremental dos contratos de arrendamento

A Administração da Empresa realiza anualmente a revisão da vida útil estimada, valor residual e método de depreciação dos bens do imobilizado e intangível.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	13/07/1905
Caixa e depósitos bancários a vista	-	5
Aplicações financeiras	5.361	-
	<u>5.361</u>	<u>5</u>

Em 31 de dezembro de 2022, as aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), remuneradas a taxas de 99% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI e prontamente resgatáveis sem mudança significativa de valor.

6 Fundos vinculados

Os valores aplicados em fundos vinculados fazem parte dos acordos firmados no Termo de Securitização de Créditos Imobiliários celebrados junto a True Securitizadora S.A. em 11 de outubro de 2022 e correspondem aos fundos listados abaixo, mediante a retenção de recursos do preço de aquisição, em conta destinada para este fim:

Fundo de Liquidez: montante inicial equivalente a R\$ 11.919, que deverá ser mantido no montante mínimo das 3 próximas parcelas vincendas de amortização programada e remuneração do CRI até a liquidação integral do CRI.

Fundo de Despesas: montante inicial de R\$ 60 atualizado pela variação anual do IPCA a partir da data de emissão do CRI, devendo ser mantido o valor mínimo de R\$ 35, referente a recursos correspondentes ao pagamento das despesas recorrentes relacionadas ao Patrimônio Separado dos CRI ao longo de todo o prazo de vigência dos CRI.

Fundo de Obras: montante referente a retenção de recursos do Preço de Aquisição em conta centralizadora da True Securitizadora S.A. Desde que atendidas as condições de liberação, os recursos do fundo de obras serão liberados pela True à Evolua, mediante solicitação da mesma e envio de documentos fiscais e relatório elaborado discriminando a identificação de todos os custos e despesas pagos pela aquisição de equipamentos e/ou pela contratação de serviços de construção, implantação, operação e/ou manutenção.

	31/12/2022
Fundo de despesas	60
Fundo de obras	51.809
Fundo de liquidez	<u>11.919</u>
	<u>63.788</u>
Circulante	60
Não circulante	63.728

7 Ativo de direito de uso

A Empresa atua como arrendatária em contratos principalmente relacionados aos direitos de superfície vinculados as Usinas Fotovoltaicas.

De acordo com o CPC 06 (R1), os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Empresa. Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor equivalente ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial.

Dos contratos que foram escopo da norma, considerou-se como componente de arrendamento somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, descontados a uma taxa incremental de juros. A Administração da Empresa definiu que a taxa incremental a ser considerada para desconto desses contratos a taxa efetiva de juros de suas captações dos certificados de recebíveis imobiliários, prontamente observáveis, a taxa adotada pela Empresa é 13,63% a.a.

A vida útil dos direitos de uso é de 20 anos, que corresponde ao tempo de duração dos contratos de arrendamento.

		Direito de uso · terrenos				
Em 31 de dezembro de 2021		-				
	Adições	1.581				
	Pagamentos arrendamentos	(73)				
	Juros incorridos AVP	86				
Em 31 de dezembro de 2022		1.594				
Matricula (R\$mil)	Início	Prazo (meses)	valor da parcela	índice de atualização	Taxa de Desconto	Mês atualização
Matricula 97.121	ago/21	240	3.500	1,07%	13,63%	Setembro
Matricula 25.835	fev/22	240	14.658	1,07%	13,63%	Maio
Matricula 35.760	fev/22	240	5.289	1,07%	13,63%	Fevereiro
Matricula 92.929	ago/21	240	3.173	1,07%	13,63%	Fevereiro
Matricula 21.978	ago/21	240	4.407	1,07%	13,63%	Fevereiro
Matricula 57.592	fev/22	240	4.317	1,07%	13,63%	Fevereiro
Matricula 96.349	mar/22	240	15930	1,07%	13,63%	Junho

8 Imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

	Imobilizado em curso			Total
	Ativos a imobilizar	Adiantamentos a fornecedores	Capitalização encargos financeiros, líquidos	
Em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-
Adições	2.262	57.476	4.058	63.796
Depreciação	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	2.262	57.476	4.058	63.796
Em 31 de dezembro de 2022				
Custo	2.262	57.476	4.058	63.796
Depreciação acumulada	-	-	-	-
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2022	2.262	57.476	4.058	63.796

- (a) De acordo com as normas contábeis vigentes a Empresa está capitalizando os custos de empréstimos que são atribuíveis diretamente à aquisição e construção da planta, correspondentes aos encargos financeiros vinculados aos certificados de recebíveis imobiliários, deduzidos dos rendimentos de aplicações de investimentos temporários realizados pelos fundos vinculados.

O ativo imobilizado é analisado para verificar a existência de indicativos de impairment, no mínimo, anualmente, sendo que para 31 de dezembro de 2022, a administração não identificou a existência de indicativos que pudessem indicar a desvalorização dos ativos.

A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido e após a emissão dos certificados de aceite provisório – CAP. Como os ativos ainda estão em construção, não há depreciação referente ao exercício de 2022.

9 Intangível

	Projeto Montes Claros IV	Projeto Montes Claros V	Projeto São Francisco	Projeto Sete Lagoas	Projeto Manga	Total
Adições	27	1.320	891	940	600	3.778
Em 31 de dezembro de 2022	27	1.320	891	940	600	3.778

O ativo intangível é analisado para verificar a existência de indicativos de impairment, no mínimo, anualmente, sendo que para 31 de dezembro de 2022, a Administração não identificou a existência de indicativos que pudessem indicar a desvalorização. A totalidade do intangível da

Empresa está em curso e refere-se aos pareceres de acesso. Pelo fato de estarem em fase de implantação, ainda não foi iniciada a amortização. A seguir um resumo dos pareceres de acesso:

Projeto	Potência (MW)	Expectativa Conclusão	Vida Útil (anos)
UFV Manga	2,0	jun/23	25
UFV Montes Claros IV	3,5	ago/23	25
UFV Montes Claros V	4,4	ago/23	25
UFV Sete Lagoas	4,0	set/23	25
UFV São Francisco	2,7	set/23	25

10 Fornecedores

O saldo de fornecedores é composto pelos seguintes grupos:

31/12/2022

Materiais e Serviços	<u>132</u>
	<u><u>132</u></u>

11 Financiamentos

Em outubro de 2022, foi realizada a 1ª emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) no montante de R\$ 102.000, disponibilizados em caixa para a Empresa. A referida emissão ocorreu nos termos da Instrução CVM 476, com vencimento em outubro de 2032 e taxa remuneratória de juros de IPCA + 9,75% a.a. A movimentação durante o exercício foi, conforme abaixo:

Movimentação do exercício	Circulante	Não circulante	Total
Captação de financiamentos	-	102.000	102.000
Custos captação	-	(4.473)	(4.473)
Transferência custo captação circulante	-	-	-
Transferência principal para circulante	3.424	(3.424)	-
Juros incorridos	-	2.315	2.315
Amortização principal	-	(371)	(371)
Amortizações juros	-	(1.321)	(1.321)
Em 31 de dezembro de 2022	<u>3.424</u>	<u>94.726</u>	<u>98.150</u>

Dentre outras cláusulas restritivas operacionais, o contrato possui cláusulas restritivas financeiras, como segue:

- A partir do mês de agosto de 2023 (inclusive), a manutenção, pela Cedente, do índice de cobertura correspondente à razão entre EBITDA e Serviço da Dívida CRI Sênior ("Índice de Cobertura") igual ou superior a 1,40 por 6 (seis) meses consecutivos;
- Após o Completion Físico, a manutenção de índice de cobertura correspondente à razão entre EBITDA e Serviço da Dívida CRI Sênior ("Índice de Cobertura") igual ou superior a 1,25 (um inteiro e vinte e cinco centésimos);

A Companhia cumpriu com as cláusulas restritivas acima em 31 de dezembro de 2022.

A amortização do valor principal ocorre mensalmente em 120 parcelas mensais e consecutivas, e teve início em novembro de 2022. Os recursos oriundos dos certificados de recebíveis imobiliários ingressaram no caixa da Empresa em 25 de outubro de 2022.

A seguir são apresentados os vencimentos das amortizações de principal e juros:

Exercício	R\$
2023	3.424
2024	7.007
2025	10.201
2026	9.068
2027	8.944
2028	9.747
2029	11.200
2030	12.178
2031	13.332
2032	13.049
	<u>98.150</u>

12 Arrendamentos a pagar

Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa possui contratos vigentes de arrendamento de superfície de terrenos que serão utilizados para geração de energia fotovoltaica. Ao longo do exercício de 2022 a controladora da Empresa, Evolua Energia Participações S.A., transferiu os contratos de arrendamento celebrados inicialmente por ela para a Empresa. Esses contratos de locação, preveem pagamentos de aluguel fixo e mensal e foram enquadrados como passivo de arrendamento conforme CPC 06 (R2). Os valores dos contratos são reajustados anualmente de acordo com a variação do índice IGPM/FGV.

A Empresa não possui contratos de arrendamento de baixo valor, aluguéis variáveis e com prazo inferior a doze meses.

	31/12/2022
Circulante	
Passivo de arrendamento - Terrenos	224
(-) Ajuste a valor presente	<u>(202)</u>
	<u>22</u>
Não circulante	
Passivo de arrendamento - Terrenos	4.998
(-) Ajuste a valor presente	<u>(3.426)</u>
	<u>1.572</u>
Total	<u><u>1.594</u></u>

A movimentação do passivo de arrendamento durante o exercício é como segue:

	Direito de uso - terrenos
Adições	1.581
Pagamentos arrendamentos	(73)
Juros incorridos AVP	<u>86</u>
Em 31 de dezembro de 2022	<u><u>1.594</u></u>

13 Patrimônio líquido

13.1 Capital social

Sócio	31/12/2022		
	Quantidade de cotas	Capital Subscrito R\$	%
Evolua Energia Participações S.A.	<u>5.000</u>	<u>5</u>	<u>100,00</u>
	<u><u>5.000</u></u>	<u><u>5</u></u>	<u><u>100</u></u>

O capital social da Empresa totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 5, dividido em 5.000 (cinco mil) cotas no valor de R\$1,00 (um real) cada, totalmente detidas pela sócia Evolua Energia Participações S.A.

13.2 Adiantamento para futuro aumento de capital

Ao longo do exercício de 2022, a controladora da Companhia efetuou aportes de capital que totalizam R\$40.008 referente a adiantamento para futuro aumento de capital, equivalentes a 40.008.720 cotas, as quais serão integralizadas ao capital social até 30 de junho de 2023. Esses aportes foram efetuados de forma irrevogável e irretroatável.

14 Despesas operacionais

31/12/2022

Serviços de Terceiros	(1.109)
Tributos	(44)
Amortização direito de uso	(27)
Gastos Diversos	(1)
	<u>(1.181)</u>

15 Resultado financeiro

31/12/2022**Receita Financeiras**

Receita com Aplicações Financeiras	86
Outras receitas financeiras	2
	<u>88</u>

(-) Despesas Financeiras

Multas e Acréscimos Moratórios	(1)
Juros sobre arrendamentos	(86)
Outras Despesas Financeiras	-
	<u>(87)</u>

1

16 Provisão para demandas judiciais

Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa não é parte integrante de ações tributárias, cíveis e trabalhistas, portanto, nenhuma provisão ou divulgação foi requerida de acordo com o CPC 25.

17 Gestão de risco financeiro

As atividades da Empresa a expõem a diversos riscos: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Empresa possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e os impactos.

17.1 Fatores de risco

17.1.1 Risco de mercado

(i) *Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros*

Decorre da possibilidade de a Empresa sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Para mitigar esse risco, as aplicações financeiras contratadas são valorizadas com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e os contratos de certificados de recebíveis imobiliários, com encargos calculados de acordo com as condições usuais praticadas.

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Empresa era:

Instrumentos de taxa variável	31/12/2022
Aplicações financeiras (Nota explicativa nº 5)	5.361
Fundos Vinculados (Nota explicativa nº 6)	63.788
Financiamentos - Certificados de Recebíveis Imobiliários (Nota explicativa nº 11)	98.150
Arrendamentos a pagar (Nota explicativa nº 12)	1.594

(ii) *Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros*

A Empresa, para fins de referência, nos termos do CPC 40 (R1), preparou uma análise de sensibilidade sobre aplicações financeiras e Certificados de Recebíveis Imobiliários sujeitos a riscos de variação nas taxas de juros.

O cenário-base provável para 31 de dezembro de 2022 foi definido através de premissas disponíveis no mercado (relatório FOCUS BACEN de 31 de dezembro de 2022) e o cálculo da sensibilidade foi feito considerando a variação entre as taxas e os índices do cenário previstos para 31 de dezembro de 2022. A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre os índices flutuantes considerada no cenário provável para 31 de dezembro de 2022.

	Exposição R\$	31/12/2022				
		Risco	%	Cenário Provável (I)	Cenário II (+/- 25%)	Cenário III (+/- 50%)
Aplicações financeiras (Nota explicativa nº 5)	5.361	Baixa CDI	12,39%	664	166	332
Fundos Vinculados (Nota explicativa nº 6)	63.788	Baixa CDI	12,39%	7.903	1.976	3.952
Financiamentos - Certificados de Recebíveis Imobiliários (Nota explicativa nº 11)	98.150	Alta IPCA	5,92%	5.810	1.453	2.905
Arrendamentos a pagar (Nota explicativa nº 12)	1.594	Alta IGPM	5,42%	86	22	43

17.1.2 Risco de crédito

A Empresa não espera perdas sobre os recebíveis mantidos com partes relacionadas ou com terceiros. Em relação às instituições financeiras, a Empresa somente realiza operações com instituições financeiras consideradas de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

31/12/2022

Aplicações financeiras (Nota explicativa nº 5)	5.361
Fundos Vinculados (Nota explicativa nº 6)	63.788

A Empresa não possui risco de crédito por tipo de contraparte e as aplicações financeiras são efetivadas apenas em bancos considerados de baixo risco.

17.1.3 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa.

A seguir, estão os vencimentos contratuais dos principais passivos financeiros:

	Valor contábil	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 anos em diante
Fornecedores (Nota explicativa nº 10)	132	132	-	-	-
Financiamentos - Certificados de Recebíveis Imobiliários (Nota explicativa nº 11)	98.150	896	2.033	7.064	88.157
Arrendamentos a pagar (Nota explicativa nº 12)	1.594	11	11	22	1.550
	<u>99.876</u>	<u>1.039</u>	<u>2.044</u>	<u>7.086</u>	<u>89.707</u>

17.2 Gestão de capital

Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Empresa, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas.

A Empresa monitora o capital com base no índice de estrutura de capital. Esse índice corresponde à dívida bruta expressa como percentual do capital total. A dívida bruta, por sua vez, corresponde ao saldo total devedor dos certificados de recebíveis imobiliários e/ou obrigações contraídas no mercado financeiro e de capitais. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida bruta.

A seguir o índice de estrutura de capital em 31 de dezembro de 2022:

	31/12/2022
Financiamentos - Certificados de Recebíveis Imobiliários (Nota explicativa nº 11)	<u>98.150</u>
Dívida Bruta (A)	<u>98.150</u>
Total do patrimônio líquido	<u>38.833</u>
Total do capital (B)	<u>136.983</u>
Índice de estrutura de capital - % (A/B)	<u>72%</u>

18 Instrumentos financeiros por categoria

18.1 Classificação contábil e valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Ativos financeiros	Nota	31/12/2022		Hierarquia
		Valor Contábil	Valor Justo	
Valor justo por meio do resultado:				
Caixa e equivalentes de caixa – Aplicações financeiras	5	5.361	5.361	Nível 2
Fundos Vinculados	6	<u>63.788</u>	<u>63.788</u>	Nível 2
		<u>69.149</u>	<u>69.149</u>	
Passivo financeiros				
Custo amortizado:				
Fornecedores	10	132	132	
Arrendamentos a pagar	12	1.594	1.594	
Financiamentos	11	<u>98.150</u>	<u>98.150</u>	
		<u>99.876</u>	<u>99.876</u>	

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Empresa requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

19 Cobertura de seguros

A Empresa mantém a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, obras de construção civil, instalação e montagem relacionados aos seus ativos operacionais, especificamente as suas Usinas Fotovoltaicas. Os seguros contratados possuem cobertura sobre responsabilidade civil e danos materiais, entre outros. A cobertura em 31 de dezembro de 2022 está apresentada abaixo:

Coberturas	2022	Vigência
Risco Civil	21.000	25/10/2022 a 25/02/2024
Risco Engenharia	106.461	25/10/2022 a 01/01/2024
Seguro Garantia	21.292	20/09/2022 a 01/07/2025

20 Eventos subsequentes

a) Decisão do STF sobre “coisa julgada”

Em decisão tomada no dia 08 de fevereiro de 2023, por maioria simples, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir.

A Companhia não possui processos judiciais que se encaixam na decisão tomada pelo STF, sendo assim, não possui nenhum efeito esperado sobre suas demonstrações financeiras.

Exceto pelo evento subsequente acima, não ocorreram outros eventos entre a data das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação que deveriam ser ajustados ou divulgados nas demonstrações financeiras.